

“Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira

*Sandra Duarte de Souza**

Resumo

Depois de quatro anos de tramitação, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no dia 25 de junho de 2014. Dentre os muitos debates que envolveram o PNE, um deles é o foco desse artigo: a discussão que mobilizou setores católicos e evangélicos no combate ao que se denominou “ideologia de gênero”, e que estaria presente no referido Plano. A mobilização desses setores, que envolveu forte campanha na internet, manifestações na Câmara dos Deputados e reuniões reservadas com deputados e senadores, teve como resultado a retirada da diretriz que propunha a superação das desigualdades educacionais, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. O argumento principal foi o de que a diretriz era uma afirmação da “ideologia de gênero”, e que esta era uma ameaça à “família natural” e deveria ser combatida. No presente artigo, vamos nos dedicar à análise da organização articulada dos setores conservadores católicos e evangélicos contra o substitutivo que inclui a igualdade de gênero como diretriz do PNE (PLC 103/2012 - BRASIL, 2012).

Palavras-chave: ideologia de gênero, religião, política.

“No to gender ideology!” The religious production of gender violence in Brazilian politics

Abstract

After four years of administrative processes, the National Educational Plan was ratified by president Dilma Rousseff on the 25th of June, 2014. Within the various debates that involved the PNE (National Educational Plan), one of them is the focus of this paper: the discussion that mobilized both Catholic and Protestant groups in the com-

* Doutora em Ciências da Religião (UMESP) com pós-doutorado em História Cultural (UNICAMP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo e coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/Netmal. Email: sanduarte@uol.com.br

bat of that which we may call "gender ideology", and that would be present in the referred Plan. The mobilization of these sectors, which involved a strong campaign on the internet, protests in the House of Representatives, and private meetings with representatives and senators, resulted in the withdrawal of the directive that proposed the overcoming of educational inequalities, "with emphasis on the promotion of racial, regional, gender and sexual orientation equality". The main argument was that this was a threat to the "natural family" and should be fought. The present article is dedicated to an analysis of the articulated organization of the conservative Catholic and Protestant sectors against the substitute that included the equality of gender as a directive of the National Educational Plan (PLC 103/2012).

Keywords: gender ideology, religion, politics.

"No a la ideología de género!" Producción religiosa de la violencia de género en la política brasileña

Resumen

Tras cuatro años de actuaciones, el Plan Nacional de educación fue sancionado por la Presidenta Dilma Rousseff el 25 de junio de 2014. Entre los muchos debates que implican el PNE, uno de ellos es el foco de este artículo: la discusión que movilizó a sectores católicos y evangélicos en la lucha contra la "ideología de género", y que estaría presente en el dicho plan. La movilización de estos sectores, con fuerte campaña en internet, manifestaciones en la cámara de diputados y reuniones con diputados y senadores, resultó en la retirada de la directriz que propone la superación de las desigualdades educacionales, "con énfasis en la promoción de la igualdad racial, regional, de género y de orientación sexual". El principal argumento era que la directriz era una afirmación de la "ideología de género", y que esto era una amenaza para la "familia natural" y debería ser combatida. En este artículo, nos dedicamos al análisis de la organización de sectores católicos y evangélicos contra el sustitutivo que incluye la igualdad de género como una directriz del Plan Nacional de educación.

Palabras clave: ideología de género, religión, política.

Introdução

No Congresso Nacional brasileiro, a relação de forças entre segmentos conservadores que têm se projetado nos últimos anos a partir de uma agenda moralista, apoiados por importantes grupos religiosos do Brasil e do exterior, e segmentos que lutam pelos direitos reprodutivos das mulheres e pelos direitos da população LGBT, indica complexas composições na arena político-religiosa do País no que tange ao debate sobre gênero e laicidade. O moralismo sexual na política atrai e é reivindicado por vários segmentos religiosos, em especial por católicos e evangélicos, e é sobre essa pauta que se organiza parcela significativa de sua ação na mídia. A violência de gênero traduz-se na ação político-religiosa desses segmentos, seja obstaculizando a

luta pela ampliação dos direitos das mulheres e da população LGBT, seja lutando contra direitos já conquistados por esses grupos.

A agenda moralista e moralizante de alguns parlamentares, que tem sido amplificada pela mídia, faz convergirem diversos setores da sociedade, inclusive religiosos. Organizações católicas e evangélicas, com seus clérigos e lideranças leigas conservadoras, têm encontrado vários parceiros políticos na defesa da obstaculização de direitos para as mulheres e para a população LGBT. Alguns segmentos da Igreja Católica têm recorrido, em especial, ao uso das redes sociais, como Facebook, Instagram e *blogs*, além do corpo-a-corpo com parlamentares e com o Executivo, valendo-se do fato de a maioria da população brasileira autodenominar-se católica (IBGE, Censo 2010) e têm se pronunciado veementemente contra projetos de lei e moções que envolvam os direitos reprodutivos das mulheres e das populações LGBT. Essa mesma pauta mobiliza alguns setores evangélicos, que também se utilizam fartamente das redes sociais, são representados pela bancada evangélica e, além disso, encontram em lideranças com ampla exposição na TV e no rádio uma forma muito eficaz, não apenas de transmissão, mas de produção de sua mensagem.

No final da década de 1970, o deputado evangélico Lysânias Dias Maciel já se pronunciava contra o moralismo dos parlamentares evangélicos. Conforme Robinson Cavalcanti,

Preocupado com o que considera uma “religião de eunucos” no protestantismo brasileiro, Lysânias Maciel denuncia uma formação moralista que “os leva na direção de uma fiscalização do comportamento menor do homem ao invés de lutar pelos grandes temas da libertação da opressão, em qualquer de suas manifestações” (2004, p. 18).

É claro que aqui caberia uma discussão da classificação da sexualidade como um “comportamento menor” no contexto dos “grandes temas da libertação da opressão”, mas é fato que já na década de 1970 os parlamentares evangélicos evocavam temas relacionados à moral sexual em seu embate político.

No presente artigo, vamos nos dedicar à análise da organização articulada dos setores conservadores católicos e evangélicos contra o substitutivo que inclui a igualdade de gênero como diretriz do Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012). O substitutivo foi proposto pelo senador Vital do Rego, retirado por ele no calor do debate com setores católicos e evangélicos, e retomado pelo relator da comissão especial, deputado Angelo Vanhoni. Sob o argumento de que o PNE estava sendo utilizado para a propagação da “ideologia de gênero”, esses setores deflagraram intensa campanha midiática contra o substitutivo, sugerindo que ele era uma ameaça à “família natural”.

O debate sobre educação inclusiva que antecedeu o PNE

A recente discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), que se arrasta no Congresso Nacional desde 2010, e que somente em 2014 foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, envolveu amplo debate sobre recursos destinados à educação no País. O financiamento da educação não foi, contudo, o único aspecto debatido. A elaboração do PNE envolveu vários setores da sociedade. Foram três anos em que educadores e educadoras, representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade em geral, dedicaram-se à construção do plano, tomando em conta vários aspectos da realidade educacional do País. Antes mesmo da discussão sistemática do PNE, já em 2006, foi realizado um curso piloto com 1,2 mil professores e professoras do ensino fundamental. O curso foi parte do projeto Gênero e Diversidade na Escola, do governo federal, e foi realizado nas cidades de Porto Velho (RO), Salvador (BA), Dourados (MS), Niterói (RJ), Nova Iguaçu (RJ) e Maringá (PR). O livro-base para esse curso foi *Gênero e diversidade na escola* (SPM/SEPPIR/MEC, 2009), produzido por uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) e o Ministério da Educação (MEC). No texto é explicitada a preocupação com a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual:

O Brasil tem conquistado importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos, por parte de seus cidadãos. No entanto, há ainda imensos desafios a vencer, quer do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação básica e de nível médio, assim como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade. As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. A escola, infelizmente, é um deles. Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito. (SPM/SEPPIR/MEC, 2009, p. 9).

O livro indica as bases socioculturais das discriminações étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, e chama a atenção para a escola como ambiente de produção e reprodução dessas discriminações.

Em 2009 foram realizadas as conferências municipais e estaduais de educação, para a proposição e discussão de diretrizes para o PNE, e, em 2010, foi realizada a Conferência Nacional de Educação (Conae). A Conae teve como tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”. Mais uma vez a Conae trouxe o tema da inclusão para o centro do debate, revelando o caráter excludente da educação no País. O Eixo VI item 253 do documento referência da Conae afirma:

em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, de classe, de gênero, étnico-raciais e geracionais, a garantia de uma educação que se realize pautada na justiça social, que considere o mundo do trabalho para além da teoria do capital humano e que reconheça a diversidade ampliando a noção de inclusão e igualdade social constitui um desafio. (CONAE 2010, 2010, p. 96).

Mais uma vez, as bases socioculturais da desigualdade foram destacadas, e a reivindicação de uma educação pautada na justiça social constitui a tônica do documento da Conae.

A comissão organizadora das diversas conferências sobre educação foi composta por representantes do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação, da Câmara dos Deputados, do Senado e das entidades de educação nos níveis municipal, estadual e federal. Os representantes sistematizaram as múltiplas vozes das conferências e organizaram o documento final que serviria de base para o PNE. Esperava-se que, com um amplo debate com os setores mais engajados na educação, com os educadores e educadoras e com os movimentos sociais, não houvesse importantes dissonâncias entre o documento da Conae e o PNE.

Esses e outros eventos pautaram o debate do PNE. Um dos aspectos mais debatidos do PNE, além do financiamento da educação, foi, como nas conferências de educação, o da inclusão, que levou à discussão das desigualdades étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual experimentadas no dia a dia escolar. Nesse debate, as articulações dos movimentos feministas e LGBT tiveram papel fundamental para o delineamento das diretrizes que orientariam o Plano em sua ação nos próximos dez anos no enfrentamento das desigualdades acima referidas.

O PNE e a alegada “ideologia de gênero”

Se, por um lado, os setores acima citados mobilizaram-se para o comprometimento do PNE com a superação das desigualdades, explicitando-as para assim reconhecer sua existência e a necessidade de seu enfrentamento,

por outro, movimentos conservadores católicos e evangélicos, por meio de suas organizações e representantes políticos, envolveram-se na luta contra o que denominaram “ideologia de gênero” que perpassaria o PNE. Essa expressão já estava presente em conferências episcopais desde 1998, como indica Dom Orani Tempesta (2014) no *site* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas foi no debate do PNE que ela se popularizou, tendo sido difundida em alguns *sites* católicos e acolhida também por alguns segmentos evangélicos. Utilizando-se especialmente do recurso da internet, organizações católicas e evangélicas fizeram diversas campanhas contra a inclusão da diretriz pela igualdade de gênero e de orientação sexual. Uma rápida consulta nos portais de organizações católicas e *sites* de parlamentares evangélicos mostra-nos a articulada estratégia desses segmentos para a desqualificação da diretriz:

Urgente: Leis que ameaçam a família brasileira serão votadas nesta quarta-feira (Padre Paulo RICARDO, 2013).

Projetos contra a família: PLC 122, Plano Nacional da Educação (PNE) e a ameaça de gênero (Júlio SEVERO, 2013)¹.

Senado vota projetos de lei que favorecem ideologia de gênero e homossexualismo (SENADO VOTA PROJETOS, 2013)².

O *site* do PRB noticiou a atuação da bancada evangélica para a supressão da diretriz: “Bancada evangélica atuou firmemente para retirar a ideologia do gênero do texto base” (Mônica DONATO, 2014).

O deputado evangélico George Hilton escreveu no *blog* da Liderança 10, blog do seu partido (PRB): “Em nome da instituição familiar trabalhamos pela retirada da ideologia de gênero do texto-base e saímos vitoriosos” (Mônica DONATO, s.d.).

A agência de segmentos conservadores conseguiu barrar o substitutivo ao artigo 2º. do PLC 103/2012, inciso III, que inclui a igualdade de gênero como diretriz do PNE. A diretriz propunha a superação das desigualdades educacionais, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”.

¹ O *site* católico Portal da Família, que replicou esse artigo e outros de Julio Severo, registra mais de 3 milhões de acessos por ano. Severo tem postado textos polêmicos sobre direitos da população LGBT e direitos reprodutivos das mulheres. Não se sabe se ele participa de algum grupo religioso, mas ele se afirma evangélico e reivindica pregar a “verdade cristã”. Seus textos são frequentemente replicados em *sites* católicos e evangélicos.

² Replicado também pela Aliança Misericórdia Imaculada do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.misericordia.com.br/noticias/conteudo-noticia.php?id=647>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

Originalmente, o Projeto de Lei 8.035, de 2010 não incluía esse detalhamento em suas diretrizes, mesmo que em seus anexos, resultantes da Conae, as questões relacionadas à igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual já fossem apontadas. Conforme vimos, a Conae, realizada em 2010, apresentou propostas nesse sentido que serviriam de base para a elaboração do PNE e que foram anexadas ao PL 8.035/2010, mas essas considerações não foram incorporadas às diretrizes do referido projeto. No Senado, a proposição de um substitutivo que explicitasse a “ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, depois da forte campanha de grupos católicos conservadores, foi derrubada, sendo encaminhado para a Câmara dos Deputados o PLC 103/2012 (BRASIL, 2012), mantendo a redação original do projeto.

É importante ressaltar que Vital do Rêgo, relator do Senado para o PNE, em primeiro parecer (06/12/2013) afirma:

A alteração empreendida no inciso III do art. 2º do projeto de lei, que elimina a menção expressa às espécies de discriminação que se almeja combater contraria orientação contida no rol de objetivos fundamentais da Constituição Federal que elenca e identifica essas espécies discriminatórias. Propomos a retomada do texto da CCJ no ponto. (BRASIL, 2013).

O senador reconhece a necessidade de mencionar “as espécies de discriminação que se deseja combater”, e sob o argumento de cumprir a orientação constitucional que “elenca e identifica essas espécies discriminatórias, Vital do Rêgo assina a Emenda no. 4-PLEN, substitutivo ao PLC 103, em 10 de dezembro de 2013. A emenda explicita os termos “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2013).

O mesmo senador, porém, diante da forte campanha de grupos católicos e evangélicos conservadores contra o substitutivo e contra ele mesmo, retrocedeu em seu parecer. A campanha, que incluiu “visitas” de padres católicos ao seu gabinete, textos que se referem à instrumentalização do senador (católico) pelo governo federal, postados nas redes sociais e convocação dos católicos para participarem dos debates no plenário da Câmara, foi bastante efetiva. Conforme postagem em vários *sites* católicos e no Facebook, o “esforço conjunto de católicos e evangélicos” teria impedido a aprovação do substitutivo:

Através de um esforço conjunto de católicos e evangélicos, já conseguimos que o Senador Álvaro Dias (PSDB-PR) retirasse deste PNE a IDEOLOGIA DE GÊNERO. No entanto, o Governo do PT está usando a base aliada, principalmente o PMDB, para trazer de volta esta ideologia para o PNE. A

situação é dramática! O Senador Vital do Rêgo (PMDB da Paraíba), católico praticante, está sendo usado para reintroduzir este veneno em nossa educação apresentando um substitutivo que foi todo reelaborado segundo as orientações do Governo do PT (MEC)³.

Em seu *site*, Vital do Rêgo reproduz a notícia postada pela Comunidade Católica Colo de Deus, que afirma que a

comunidade conhecida nacionalmente agradeceu ao senador pela elaboração do seu Substitutivo, que segundo eles na sua Emenda 809 ao (PLS 236, de 2012) pede a exclusão de expressões de gênero, identidade de gênero, identidade sexual, opção sexual e orientação sexual onde se encontrar no texto do PLS n. 236, de 2012. Segundo Vital, tais expressões não encontram definição consensual na doutrina nem constam de nossa tradição legislativa. Conformam (sic) argumenta o senador em suas emendas, há vasta literatura que denuncia o uso de tais conceitos mais como uma ideologia de gênero do que propriamente como uma política de gênero. (Vital do RÊGO, 2013).

Sem constrangimento, o senador retira o substitutivo, argumentando não encontrar “definição consensual na doutrina” e nem na “tradição legislativa”, contrapondo-se, assim, ao seu primeiro parecer, que indicava a constitucionalidade da identificação das discriminações. No *site* de Vital do Rêgo há também uma foto sua com os padres Paulo Ricardo e José Eduardo. O padre Paulo Ricardo é da Arquidiocese de Cuiabá, mas é nacionalmente conhecido por sua forte inserção nos meios de comunicação. Em fevereiro de 2012, padres e bispos da Regional Oeste II escreveram uma carta em que denunciam o padre e questionam sua saúde mental, mas ele continua em plena atividade. Dentre suas muitas críticas (à CNBB, ao Concílio Vaticano II, à Presidência da República), o padre milita fortemente contra os direitos reprodutivos das mulheres e os direitos da população LGBT. O religioso é bastante referenciado e reverenciado pela Colo de Deus que, como ele, tem militado fortemente na luta contra quaisquer temas que envolvam sexualidade: aborto, homossexualidade, transexualidade, masturbação etc., e sua ação tem ocorrido principalmente nas redes sociais, por meio de seu *site*, de seu Facebook e do Instagram, bem como pelo corpo a corpo com representantes do Legislativo, na obstaculização de políticas públicas relacionadas a direitos reprodutivos e aos direitos das populações LGBT.

³ Facebook Escolástica da Depressão. “A ameaça de gênero”. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/EscolasticaDaDepressao/posts/687986564555071> Acesso em 31 jul. 2014.

Encaminhado para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o projeto com seus substitutivos foi analisado, e o relator Angelo Vanhoni propôs novamente a explicitação da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual no PNE.

Grupos conservadores católicos e evangélicos, que não cessaram sua campanha para garantir a não inclusão da igualdade de gênero e sexual no PNE, mobilizaram-se mais uma vez para pressionar os parlamentares nessa direção. Telefonando intermitentemente para o gabinete dos deputados da Comissão, participando massivamente do *chat* com Vanhoni⁴, fazendo o corpo-a-corpo com os deputados, e reunindo um grupo significativo no plenário da Câmara, esses grupos demonstraram sua força política.

O PLC 103 manteve em seus anexos as orientações da Conae, que em um de seus trechos afirma:

Como função social, cabe reconhecer o papel estratégico das instituições de educação básica e superior na construção de uma nova ética, centrada na vida, no mundo do trabalho, na solidariedade e numa cultura da paz, superando as práticas opressoras, de modo a incluir efetivamente os grupos historicamente excluídos: entre outros, negros, quilombolas, pessoas com deficiência, povos indígenas, trabalhadores do campo, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). (BRASIL, 2012).

Porém, a redação aprovada e sancionada determina “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012). A retirada, no documento aprovado, da diretriz que explicita as desigualdades acima referidas, oculta as desigualdades imperantes nas políticas de educação do Brasil. Isso afeta diretamente os direitos básicos da população negra, indígena, de populações distantes dos grandes centros urbanos do País, de pessoas do campo, das mulheres e da população LGBT, pois invisibiliza a desigualdade histórica desses segmentos, bem como oculta a “interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe” (Helena HIRATA, 2014, p. 62). A preocupação com a definição do montante dos recursos destinados à educação parece (apenas parece) ter sido feita descolada da discussão do acesso real das chamadas “minorias sociais” à própria educação. As desigualdades educacionais têm sexo, orientação sexual, raça/etnia, classe, idade, e o não reconhecimento de tais desigualdades e de sua interseccionalidade as perpetua infinitamente. A perspectiva interseccional permite-nos

⁴ Em *chat* realizado com o relator, os internautas não cessavam de enviar mensagens com frases de impacto, como “Não à ideologia de gênero!” e “Pela salvação da família!”.

apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (Sirma BILGE apud Helena HIRATA, 2014, p. 62-63).

Apesar do substitutivo também se referir à desigualdade racial e regional, o debate para sua derrubada concentrou-se no tema da igualdade de gênero e de orientação sexual.

Sobre a “ideologia de gênero”

Toda a campanha dos setores religiosos conservadores contra a diretriz do PNE deu-se pautada na luta contra o que se classificou como “ideologia de gênero”. Sob o argumento de que gênero constituía uma ameaça contra a família, pois subverteria a sexualidade e a família “natural”, esses setores apostaram fortemente nos sentidos objetivados, portanto dominantes, de sexo e família, para encamparem sua luta contra a discriminação das desigualdades de gênero e de orientação sexual e, não esqueçamos, contra a discriminação das desigualdades étnico-raciais e regionais.

No *site* católico Portal da Família, encontramos a seguinte “matéria”:

Deveria ser natural que governo e legisladores continuamente trabalhassem para melhorar a situação das famílias e da educação brasileira, pois há muito a fazer. Porém, ao invés disso, estão tentando aprovar no Senado Federal brasileiro DUAS NOVAS AMEAÇAS contra a família.

São elas um Substitutivo do senador Vital do Rêgo ao já polêmico Projeto do Plano Nacional da Educação (PNE), PLC 103-2012, e o PLC 122, um projeto que se disfarça com o objetivo de combater a “homofobia”. Na prática, ambos os projetos tentam introduzir os conceitos da ideologia de gênero na legislação brasileira.

A Ideologia de Gênero é uma aberração de ideia imaginada por cientistas sociais que tem como eixo a afirmação de que o sexo biológico com o qual nascemos não define a nossa sexualidade. Esta é pura e simplesmente uma construção social, que pode assumir tantas variáveis quanto julgarem convenientes aqueles que querem implantar essa ideologia. O fim último dela é a completa subversão da sexualidade humana e da família natural. (Julio SEVERO, 2013).

O deputado evangélico George Hilton afirma em sua página na internet:

Se esse conceito [de gênero] fosse introduzido na legislação, isso acarretaria danos desastrosos para a instituição familiar, gerando permissividade sexual. Acreditamos que as metas e diretrizes contidas no plano são fundamentais para melhorar o acesso à Educação do nosso país, mas não podíamos compactuar com esse absurdo que colocaria a instituição família como “opressora” das novas liberdades e dos gêneros criados como a homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade e outros. (Mônica DONATO, 2014).

A tal da “ideologia de gênero”, como ameaça a ser combatida a qualquer preço, pulula nas redes sociais católicas e evangélicas. São dezenas de *sites*, centenas de *blogs*, milhares de curtidas em Facebook e outros recursos virtuais utilizados na luta pelo estabelecimento dos significados sociais. Na TV, muito especialmente o pastor Silas Malafaia tem se debruçado sobre essa questão. Em manifestações inflamadas em seu programa “Vitória em Cristo”, Malafaia pronunciou-se diversas vezes contra a “ideologia de gênero” e seu maior mentor: o feminismo. Em *sites* e *blogs* católicos e evangélicos, o feminismo é identificado como o inimigo a ser combatido, como a ideologia de gênero que oprime a sociedade e que é disseminada na mídia, nas escolas, na política etc.⁵

O objetivo de toda essa campanha é criar certo tipo de pânico moral (Stanley COHEN, 2002) contra gênero e contra o feminismo, evocando um tema cujos sentidos têm sido pautados pela agência de segmentos conservadores: a sexualidade. O rompimento dos padrões normativos das relações sociais de sexo e da sexualidade pelo feminismo é interpretado como uma ameaça contra o cristianismo e, por consequência, contra a sociedade. O medo social das mulheres, o medo social de homossexuais e travestis e, mais recentemente, de transexuais e transgêneros está pautado em um longo processo de invenção sociocultural do feminino e do masculino, das *perfor-*

⁵ RICARDO, Padre Paulo. **Feminismo, o maior inimigo das mulheres**, 03 de fevereiro de 2012. Site Christo Nihil Praeponere. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/episodios/feminismo-o-maior-inimigo-das-mulheres> Acesso em: 15 ago. 2014; EQUIPE CHRISTO NIHIL PRAEONERE. **O feminismo é tão inimigo das mulheres quanto o machismo**. Blog Compartilhando a Graça. Disponível em: [http://permanecerecompartilhar.blogspot.com.br/2014/01/o-feminismo-e-tao-inimigo-das-mulheres.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed:+compartilhandoagraca+\(Compartilhando+a+Gra%C3%A7a\)#.VDUnqWddXfi](http://permanecerecompartilhar.blogspot.com.br/2014/01/o-feminismo-e-tao-inimigo-das-mulheres.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed:+compartilhandoagraca+(Compartilhando+a+Gra%C3%A7a)#.VDUnqWddXfi) Acesso em: 15 ago. 2014; BOHLIN, Sue. **Mentiras do feminismo e verdades da Bíblia**. União de Blogueiros Evangélicos. Disponível em: <http://www.ubeblogs.net/2012/03/mentiras-do-feminismo-e-verdades-da.html> Acesso em: 15 ago. 2014.

mances de gênero (Judith BUTLER, 2003) que normalizaram as relações nas sociedades ocidentais.

Para acentuar ainda mais o pânico moral, fertilizando o solo da recepção da mensagem antifeminista e antigênero, os segmentos católicos e evangélicos de cunho conservador, no processo de produção de verdades, argumentam que existe uma estreita relação entre os partidos de esquerda de orientação socialista e organizações internacionais para a implementação da “ideologia de gênero” no País, sugerindo uma ação orquestrada na luta contra a família “natural”:

A ideologia de gênero é uma nova técnica, idealizada, em conjunto com fundações internacionais, pelos partidos de esquerda que pretende, utilizando o sistema escolar, abolir a família como instituição social. Aprovado o Plano Nacional de Educação, no ano que vem poderá ser apresentado outro projeto de lei, que proporá a educação sexual obrigatória nas escolas, sem direito a objeções de consciência por parte dos pais, conforme já faz parte das orientações internacionais da ONU a este respeito. Quando estas duas leis estiverem aprovadas, o sistema educacional brasileiro será transformado em uma máquina armada para a demolição e a destruição da família natural. É a nova revolução socialista de que o PT, orientado por organizações internacionais, é atualmente o principal protagonista no Brasil. Se o Plano for aprovado, nos próximos dez anos nossos filhos serão educados segundo a nova ideologia de gênero.

Se o Congresso Nacional aprovar a inclusão da ideologia de gênero como meta do Plano Nacional da Educação, todos os alunos serão obrigados a aprender como sexualidade normal todas as formas de vida sexual que não possuem qualquer relação com a formação de uma família fundamentada na união entre um homem e uma mulher. Os kits e livros textos gays, bissexuais, transexuais, lésbicos, etc., já amplamente promovidos e distribuídos pelo nosso governo nas escolas, se tornarão obrigatórios para as crianças em idade escolar. O sistema educacional será transformado no principal instrumento ideológico de uma revolução socialista organizada para a demolição e a destruição do conceito da família natural. (Paulo RICARDO, 2014).

Em tom “profético” e “escatológico”, o texto afirma que a “família natural” estaria ameaçada pela imposição de uma “ideologia de gênero” que ameaçaria o sistema educacional brasileiro e que estaria diretamente relacionada ao projeto de deflagrar uma “revolução socialista”. A evocação de uma suposta “revolução socialista”, que teria como projeto a “destruição do conceito de família natural”, remete-nos a outros momentos da história do País, como no período de desestabilização do governo de João Goulart (1962-1964), em que o pânico moral contra o comunismo foi acionado pela

mídia, pelos militares, pelos empresários, pelos latifundiários e pelas Igrejas. O governo de João Goulart, associado ao comunismo (o “perigo vermelho”), seria uma ameaça à nação, pois traria consigo o ateísmo, destruiria a instituição família, acabaria com a propriedade privada e solaparia todas as conquistas da civilização cristã (CarlaRODEGHERO, 2003). Isso mobilizou multidões nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” em 1964.

O padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, presidente do Pró-Vida de Anápolis (GO), escreveu no *site* de sua organização uma declaração em que afirma que as feministas são remuneradas por sua militância, classificando-as como “meretrizes”, pois negociam sua “vocação à maternidade”:

As meretrizes entregam seu corpo em troca de dinheiro. As feministas fazem algo mais degradante: em troca dos dólares que recebem do exterior, entregam, não o seu corpo, mas aquilo que há de mais nobre na mulher: sua vocação à maternidade. Associam-se em entidades fartamente remuneradas com a condição de fazerem tudo e somente aquilo para que são contratadas. Ao contrário do que possa parecer, elas são a expressão máxima da subserviência, do rebaixamento e da degradação feminina. (Luiz Carlos Lodi CRUZ, 1997).

As organizações internacionais mencionadas são o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Fundação Ford e a própria Organização das Nações Unidas (ONU), vistas como agências que ameaçam a ordem interna do País no que tange à sexualidade. Em um dos *sites* faz-se menção ao fato de a Unicef ter perdido apoio econômico da Igreja Católica por defender a descriminalização do aborto. Os partidos de esquerda – no caso dessa citação, especificamente o Partido dos Trabalhadores (PT) e o socialismo –, também são identificados como inimigos a serem combatidos. Isso mostra como não é possível falarmos de gênero sem pensarmos em suas interseccionalidades.

A disputa pelos sentidos aposta que, no processo de recepção, os sentidos hegemônicos inviabilizem outras possibilidades de significado. Ao se pronunciar contra a “ideologia de gênero”, Dom Antonio Rossi Keller, em nota pastoral, afirma:

Na visão ideológica do gênero, cada um pode e deve “inventar-se a si mesmo”. No quadro desta visão ideológica, estão abertas as portas para as já conhecidas “opções sexuais” possíveis, bem como para qualquer outro tipo de opção, como por exemplo a zoofilia, a pedofilia e o que se quiser criar. Basta que alguém determine para si o tipo e o modo de sua opção sexual, e a Sociedade como tal deve não só aceitá-la, mas até mesmo promovê-la.

Assim, toda a moral fica determinada a partir da decisão do indivíduo, desaparecendo a diferenciação entre o que é permitido e o que é proibido em tudo o que se refere à questão da sexualidade humana. O que é certo e o que é errado neste campo está submetido ao que cada um julga ser certo ou errado para o gênero que escolheu para si.

A introdução deste conceito ideológico do gênero na legislação e no sistema educacional do país significará um comprometimento irreversível do princípio e da instituição da sociedade, fundada no modelo natural, que chamamos e entendemos por “Família”. No quadro da ideologia do gênero, a família “tradicional”, composta por pai, mãe e filhos, é entendida como um princípio opressor, cabendo a cada indivíduo estabelecer seu modo de ser e de formar a sua família.

A nova sociedade, preconizada pelos defensores da ideologia do gênero, estará fundada na mais absoluta permissividade sexual, já que a cada um caberá estabelecer seu próprio gênero, segundo as tendências homossexuais, transexuais, bissexuais ou outras.

Dentro deste quadro absurdo de predomínio absoluto do subjetivismo, a instituição familiar tradicional é também considerada discriminatória e, portanto, nas escolas, os chamados “kits” gays, bissexuais, transexuais, etc. deverão tornar-se obrigatórios, para a superação da discriminação. (D. Antônio KELLER, 2014).

D. Antônio Keller apela para os sentidos dominantes de sexualidade e família para combater formas distintas das hegemônicas. Ele busca a recepção positiva de sua mensagem, evoca as fobias do sexo e associa outras sexualidades para além da heterossexualidade como práticas que levam à pedofilia, e afirma o risco da destruição da família nuclear e da própria sociedade.

Esse tem sido o recurso recorrente das várias manifestações de grupos conservadores católicos e evangélicos que objetivam a imposição de um modelo único de família à sociedade como um todo e tem mobilizado, inclusive, parlamentares, como os da bancada evangélica, cuja pauta inclui a obstaculização e revisão dos direitos reprodutivos das mulheres e dos direitos da população LGBT. O modelo de família reivindicado por esses grupos, referido sempre como “modelo natural”, responderia aos objetivos divinos para a criação do ser humano. A família só seria legítima se acompanhasse o modelo homem, mulher e filhos, sendo descartadas outras composições. Para isso, é preciso vigiar o sexo, vigiar os corpos e regular a sexualidade, e um dos meios mais eficazes para isso tem sido o da produção do pânico moral por meio da construção do inimigo: as feministas.

Porém, se esses segmentos encontram receptividade à sua mensagem, eles têm se deparado também com o questionamento dessa regulação. Se

essa movimentação toda aconteceu e acontece, se é preciso criar factoides, significa que a recepção não é tão dócil quanto esses setores desejam. A negociação dos/das “fiéis” com as moralidades religiosas é permanente, revelando suas fissuras ou grandes rachaduras, explicitando polifonias que teimam em questionar a aparente monofonia e monotonia religiosa sobre família e sexualidade.

As dissonâncias entre discursos institucionais religiosos sobre a sexualidade; entre discursos institucionais religiosos e práticas dos sujeitos religiosos; entre discursos e práticas dos sujeitos religiosos, evidenciam que a ortodoxia do discurso institucional no quesito “sexualidade” se defronta com a heterodoxia dos discursos e das práticas dos sujeitos religiosos.

Além disso, o próprio discurso institucional é nuancado por seus representantes, que têm produzido novas cosmovisões acerca da sexualidade. Na verdade, não se trata apenas de produzir novas cosmovisões acerca da sexualidade, mas também de fazer emergir aquelas que têm sido caladas no decorrer da história (Sandra Duarte deSOUZA, 2012, p. 339).

O argumento de um sujeito coletivo, “os católicos”, ou “os evangélicos”, como um segmento homogêneo no que tange às questões relativas aos direitos reprodutivos das mulheres, à homossexualidade, à transexualidade e à igualdade de gênero, não quer reconhecer a multiplicidade de vozes presentes entre os sujeitos que se denominam católicos ou evangélicos, sejam eles fiéis comuns ou clérigos das mais distintas instituições religiosas. É por isso, por exemplo, que Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) insistem em ser Católicas pelo Direito de Decidir, a despeito de serem constantemente negadas pela Igreja Católica. CDD é CDD para afirmar que há católicas e católicos que pensam de outra forma, para além da aparente homogeneidade afirmada pela Igreja Católica. Dentro e fora das instituições as hegemonias são contestadas.

Grupos que se apresentam como porta-vozes de um segmento coeso e tradicionalista, especialmente quando o tema toca em questões de gênero, tentam ocultar a polifonia existente sobre esse tema. Na relação de forças que se estabelece no tensionamento do campo religioso-cultural, a estratégia da expressão “nós, os católicos” ou “nós, os evangélicos” é confrontada com as dissonâncias das vidas concretas das pessoas, dos silenciamentos enfrentados e dos sentidos reinventados.

Referências

BOHLIN, Sue. **Mentiras do feminismo e verdades da Bíblia**. União de Blogueiros Evangélicos. Disponível em: <<http://www.ubeblogs.net/2012/03/mentiras-do-feminismo-e-verdades-da.html>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara n. 103**, 30 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=115871&tp=1>> Acesso em: 31 jul. 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda no. 4 – PLEN** (Substitutivo), 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=142878> Acesso em: 31 jul. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTI, Robson. **Libertação e sexualidade: instinto, cultura e revelação**. Campinas/São Paulo: Cebep/Temática, 2004.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: The creation of the mods and rockers**. London: Routledge, 2002.

CONAE 2010 – Conferência Nacional de Educação. 2010, Brasília. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação: documento referência**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014.

CRUZ, Luiz Carlos Lodi. Profissão: feminista. **Pró-vida de Anápolis**, 20 ago 1997. Disponível em: <<http://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-os-artigos/item/152-profissao-feminista>> Acesso em: 15 ago. 2014.

DONATO, Mônica. George Hilton destaca atuação do PRB na votação do PNE. **Blog da Liderança 10**. s.d. Disponível em: <<http://camaraprb10.blogspot.com.br/2014/04/george-hilton-destaca-atuacao-do-prb-na.html>> Acesso em: 2 ago. 2014.

DONATO, Mônica. Bancada evangélica atuou firmemente para retirar a ideologia do gênero do texto base. **PRB 10**. 28 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.prb10.org.br/tags/bancada-evangelica-atuou-firmemente-para-retirar-a-ideologia-do-genero-do-texto-base/>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

EQUIPE CHRISTO NIHIL PRAEPONERE. O feminismo é tão inimigo das mulheres quanto o machismo. **Compartilhando a graça**. Disponível em: <[http://permanecerecompartilhar.blogspot.com.br/2014/01/o-feminismo-e-tao-inimigo-das-mulheres.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed:+compartilhandoagraca+\(Compartilhando+a+Gra%C3%A7a\)#.VDUnqWddXfi](http://permanecerecompartilhar.blogspot.com.br/2014/01/o-feminismo-e-tao-inimigo-das-mulheres.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed:+compartilhandoagraca+(Compartilhando+a+Gra%C3%A7a)#.VDUnqWddXfi)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

KELLER, Antônio Carlos Rossi. A condenação da ideologia de gênero. **Confraria dos penitentes de São João Batista**. 26 mar. 2014. Disponível em: <<http://confrariadesaojoabatista.blogspot.com.br/2014/04/a-condenacao-da-ideologia-de-genero.html>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

RÊGO, Vital do. Comunidade católica agradece ao senador Vital do Rego pelo seu relatório ao PNE. **Senador Vital do Rego**. 18 dez. 2013. Disponível em: <http://www.senadorvital.com.br/noticias/4608,comunidade_catolica_agradece_ao_senador_vital_do_rego_pelo_seu_relatorio_ao_pne.html>. Acesso em: 02 ago. 2014.

RICARDO, P. Feminismo, o maior inimigo das mulheres. **Christo Nihil Praeponere**. 3 fev. 2012. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/episodios/feminismo-o-maior-inimigo-das-mulheres>> Acesso em: 15 ago. 2014.

RICARDO, Padre Paulo. Urgente: leis que ameaçam a família brasileira serão votadas nesta quarta feira. **Christo Nihil Praeponere**. 9 dez. 2013. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/blog/a-ameaca-de-genero>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

RICARDO, Padre Paulo. Urgente: Congresso pode aprovar a ideologia de gênero como meta da educação. **Christo Nihil Praeponere**. 10 mar. 2014. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/blog/urgente-congresso-pode-aprovar-a-ideologia-de-genero-como-meta-da-educacao>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: UPF, 2003.

SENADO VOTA PROJETOS de lei que favorecem ideologia de gênero e homossexualismo. **Aci Digital**. 9 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticias/senado-vota-esta-semana-projetos-de-lei-que-favorecem-ideologia-de-genero-e-homossexualismo-48164/>> Acesso em: 3 ago. 2014.

SEVERO, Julio. Projetos contra a família: PLC 122, Plano Nacional da Educação (PNE) e a ameaça de gênero. **Portal da Família**. 15 dez. 2013.. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/artigos/PLC122-PNE.shtml>> Acesso em: 3 ago. 2014. (O artigo foi originalmente publicado no site Voto pela Vida)

SOUZA, Sandra Duarte de. AIDS e religião: apontamentos sobre representações católicas da sexualidade em tempos de AIDS. **Estudos Teológicos**, v. 52, n. 2, p. 333-344, jul.-dez. 2012.

SPM/SEPPPIR/MEC. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro : Cepesc/ Brasília: SPM, 2009.

TEMPESTA, Dom Orani João. Reflexões sobre a ideologia de gênero. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. 28 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/outros/dom-orani-joao-tempesta/13907-reflexoes-sobre-a-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

Submetido em: 17-11-2014

Accito em: 17-12-2014